

UGT rejeita redução das indemnizações por despedimento ilícito

A UGT vem manifestar a sua total discordância com a medida anunciada e veiculada na comunicação social sobre a intenção do Governo em reduzir o valor das indemnizações por despedimento ilícito, que visa precarizar ainda mais as relações de trabalho num contexto em que o Governo tem vindo a declarar que não iria alterar a legislação laboral.

Não estamos de acordo quanto à afirmação de que esta matéria já constava do memorando de entendimento, nem tão pouco percebemos a sua implicação na competitividade das empresas, a não ser no embaraçamento da indemnização por despedimento ilícito e, muito menos, a confusão que o Governo procura estabelecer entre esta matéria e a dinamização da contratação coletiva.

A UGT não aceita que o Governo continue a insistir neste tipo de medidas, sem qualquer correlação direta e comprovada no melhoramento das condições económicas e sociais, empurrando o país para um retrocesso civilizacional, querendo regressar a condições laborais dignas do século XIX.

A intenção em reduzir o valor da indemnização por despedimento ilícito pode ainda ser entendida com um prémio ao prevaricador, que vê assim reduzido o valor da compensação financeira a prestar ao trabalhador, incentivando a utilização da forma ilegal do despedimento.

Entendemos que o Governo deveria estar preocupado em cumprir os compromissos assumidos em sede de Concertação Social, nomeadamente no Acordo Tripartido para a Competitividade, Crescimento e Emprego, assinado em 2012. Em vez disso prossegue com este ataque sem tréguas à estabilidade das relações coletivas ao nível das empresas, fragilizando os trabalhadores, já fustigados pela austeridade desmedida aplicada aos portugueses e que veem com esta proposta, uma vez mais, o direito ao trabalho digno, a ser posto em causa.

A UGT sempre manifestou a sua disponibilidade para o diálogo e para a procura de compromissos. No entanto, estes ataques constantes e descabidos às relações laborais tornam cada vez mais difícil a construção de um diálogo com consequências positivas para o país.